NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 00000000
CIDADE DE REALIZAÇÃO DA PROVA: Online
SIMULADO CARREIRA DE DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)
FRASE: A hora mágica chega sempre

Sala: 00000
Sequencial: 000 / 000

CADERNO DE PROVA OBJETIVA ▪ PRIMEIRA FASE

SIMULADO CACD

EDITAL: 2025

MANHÃ

REALIZAÇÃO CLIPPING

SIMULAÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. **Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte e dois itens**, correspondentes aos itens **1 a 122** da prova objetiva (manhã), corretamente ordenadas.
2. De acordo com o comando, marque na Folha de Respostas, para cada item, o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**, ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
3. Recomenda-se que a marcação não seja feita ao acaso: em cada item, à resposta que divergir do gabarito oficial será atribuída pontuação negativa, conforme consta em edital. A ausência de marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa.
4. Não utilize borracha, lápis, lapiseira (grafite), marca-texto e (ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pela banca.
5. Durante a realização desta etapa de prova, não se comunique com outros (as) candidatos (as) nem se levante sem autorização do (a) aplicador (a) de provas.
6. Na duração da primeira etapa da prova objetiva, está incluído o tempo destinado à identificação -- que será feita no decorrer da prova -- e ao preenchimento da Folha de Respostas.
7. Ao terminar esta etapa da prova, chame o (a) aplicador (a) de provas mais próximo (a), devolva-lhe sua **Folha de Respostas** e deixe o local de prova.
8. Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a Folha de Respostas, cujo cabeçalho será destacado pelo (a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da prova.

OBSERVAÇÕES:

- Fonte: Cebraspe

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Os Sertões chegou às livrarias em 2 de dezembro de 1902. Escrito ao longo de quatro anos, Euclides ainda trabalhou duro antes do lançamento do livro. Passou dias e noites na tipografia, sob os olhares surpresos dos impressores, para corrigir os cerca de oitenta erros que encontrou nos 2.000 exemplares já impressos. Foram ao todo quase 160 mil emendas, feitas a bico de pena e a ponta de canivete. Pagou do próprio bolso os custos da edição, que saiu pela Laemmert, do Rio de Janeiro, tendo contribuído com a quantia de um conto e 500 mil réis, mais ou menos o dobro do seu salário de engenheiro. Isso depois de apresentar ao editor Gustavo Massow uma carta do escritor Lúcio de Mendonça, que recomendava o livro, e de ter sido apoiado pelo influente crítico José Veríssimo.

Temendo a reação dos críticos e dos militares, tomou o trem para Lorena, no interior de São Paulo, onde trabalhava como engenheiro. Chegou à cidade à meia-noite e logo partiu a cavalo, às 3 horas da manhã. Vagou por alguns dias pelos sertões paulistas, até parar em Taubaté. De lá pegaria o expresso para Lorena. No restaurante da estação, viu um passageiro com **Os Sertões** nas mãos.

De volta a Lorena, recebeu duas cartas de seu editor. Leu antes a mais recente, em que este enviava recortes de jornais e falava do fulminante sucesso do livro. Mais da metade da edição, quase mil exemplares, tinha sido vendida em oito dias. Na primeira carta, o editor se dizia arrependido com a publicação. Não tinha conseguido vender nenhum dos exemplares, nem mesmo para os sebos...

Roberto Ventura. In: **Intérpretes do Brasil**, vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 172 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

1. O emprego de verbos no pretérito é uma das características definidoras do texto narrativo de que o fragmento considerado é um exemplo.

2. O emprego do imperfeito do indicativo em "trabalhava" (primeiro período do segundo parágrafo) tem o efeito semântico de informar que Euclides perdeu o emprego.

3. O uso do futuro do pretérito em "pegaria o expresso" (quarto período do segundo parágrafo) é um recurso estilístico que informa ao leitor que as condições necessárias para a ação não aconteceram.

4. O verbo "chegar" (primeiro período do primeiro parágrafo) está no singular em razão da concordância ideológica, isto é, aquela que não é feita com os termos presentes na oração.

5. Um dos recursos de coesão textual é a manutenção subentendida de um mesmo agente — Euclides — para os verbos de ação empregados ao longo do texto.

6. Infere-se das informações do texto que, entre o momento de produção da primeira carta do editor e o da segunda, decorreram, no mínimo, oito dias.

7. Infere-se do texto que Euclides da Cunha corrigiu manualmente apenas parte da tiragem da edição.

8. A citação do episódio em que Euclides da Cunha vê uma pessoa com o livro **Os Sertões** antecipa de forma indireta e ilustra a informação do parágrafo seguinte: "fulminante sucesso do livro".

Texto II

A desigualdade social e, mais do que ela, a exclusão de milhões de brasileiros de um mínimo indispensável a uma existência digna constituem graves problemas que só podem ser resolvidos a médio prazo. A insegurança, sobretudo nas grandes cidades, como ninguém ignora, tornou-se alarmante nos últimos anos. O mais grave é que esse quadro não poderá ser sensivelmente alterado apenas com a redução da pobreza e do desemprego, ainda que esse fator tenha um peso importante. A associação entre o consumo de droga e o crime, vinculada a uma quebra geral de valores, deu origem a um fenômeno novo, ou seja, o crescimento do número de jovens de classe média que se tornam delinquentes.

Boris Fausto. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSP, 2001, p. 308

Com referência ao texto II, julgue os itens a seguir.

9. As palavras "desigualdade", "exclusão" e "existência" (primeiro período) exercem a função de núcleo do sujeito sintático de "constituem" (mesmo período).

10. A repetição da preposição "de" em "de milhões" e "de um mínimo" (primeiro período) indica que as duas expressões iniciadas por tal preposição constituem dois sintagmas de mesmo nível, complementares de "desigualdade" (mesmo período).

11. A ausência de vírgula após a palavra "problemas" (primeiro período) indica que a oração subordinada que a segue tem a função semântica e textual de explicar de que tipo de problema se trata.

12. A articulação sintática "ainda que" (terceiro período) pode ser substituída, sem prejuízo para a informação do período, por *mesmo que, ainda se, mesmo se.*

13. No quarto período, de acordo com as relações semânticas do texto, ao se substituir "um fenômeno novo" pela expressão **tragédia da atualidade**, preserva-se a coerência textual e a correção gramatical, desde que também seja substituído "a um" por à.

Texto III

Quanto a mim, julgar-me-ei mais do que recompensado, se as sementes de liberdade, direito e justiça, que estas páginas contêm, derem uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração; e se este livro concorrer, unindo em uma só legião os abolicionistas brasileiros, para apressar, ainda que seja de uma hora, o dia em que vejamos a Independência completada pela Abolição, e o Brasil elevado à dignidade de um país livre, como o foi em 1822 à de Nação soberana, perante a América e o mundo.

Joaquim Nabuco. In: **Intérpretes do Brasil,** vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p.21-2.

Considerando a estrutura do texto acima, julgue os itens a seguir.

14. O emprego de "estas", em "estas páginas" e de "este", em "este livro" (primeiro período) no lugar de **essas** e **esse**, respectivamente, justifica-se por tratar-se de texto publicado em veículo diverso e de forma independente do livro a que se refere.

15. No primeiro período, a expressão "boa colheita no solo ainda virgem da nova geração" está sendo utilizada em sentido metafórico e pode ser interpretada como boa acolhida junto aos conceitos cristalizados na juventude.

16. As estruturas textuais e características estilísticas do trecho permitem que ele seja enquadrado na categoria dos gêneros discursivos em que predomina a exposição neutra e impessoal de conceitos, como é o caso do texto científico.

17. No segundo período, em "como o foi", o termo sublinhado exerce a função de pronome e configura elemento coesivo, pois substitui a ideia expressa por "elevado".

Texto IV

O homem é livre, por isso escolhe (a liberdade é eleição), e jamais está pronto, porque lhe é imposto o dever de optar, de definir-se, de escolher, escolhendo a cada momento, e cada escolha é um instante de sua construção, mas não é livre para não escolher nem para escolher as condições em que essa escolha ocorre, porque o homem não é livre para deixar de ser livre. Sartre afirmou que o homem é um invento de si mesmo, e Marx mostrou que os limites históricos condicionam o papel do indivíduo: "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado". Não se conclua daí, porém, qualquer sorte de determinismo, pois, se não escolhe as condições em que é chamado a escolher, determinadas pelo processo histórico, cabe ao indivíduo escolher nas circunstâncias dadas. Cabe-lhe, inclusive, intervir no processo histórico, cumprindo com seu papel de sujeito, e alterar as circunstâncias, construindo alternativas favoráveis, embora sempre possa escolher, mesmo quando as circunstâncias são desfavoráveis.

Roberto Amaral. **O papel do intelectual na política.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, p. 42 (com adaptações).

Com base na análise das ideias e das estruturas linguísticas do texto de Roberto Amaral, julgue os itens a seguir.

18. Depreende-se da argumentação do texto que as circunstâncias, apesar de serem determinadas pelo processo histórico, não impossibilitam o indivíduo de fazer escolhas.

19. No texto, o emprego de parênteses (primeiro período) marca um isolamento sintático que interrompe o fluxo da frase.

20. O trecho "porque lhe é imposto o dever de optar" (primeiro período) poderia ser corretamente substituído por: **porquanto o impõem ao dever de optar.**

21. Haveria prejuízo para a correção gramatical do texto se fossem empregados travessões no lugar das vírgulas que isolam a oração "e cada escolha é um instante de sua construção" (primeiro período).

22. No terceiro período, a conjunção "pois" está entre vírgulas porque estabelece, entre a oração que introduz e a anterior, relação lógico-sintática de conclusão.

23. Os dois pontos empregados no segundo período introduzem estrutura apositiva.

Texto V

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa — a inteira — cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver — e essa pauta cada um tem — mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto; mas, fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível, mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador — sua parte, que antes já foi inventada, num papel…

Ora, veja. Remedêio peco com pecado? Me tôrço! Com essa sonhação minha, compadre meu Quelemém concorda, eu acho. E procurar encontrar aquele caminho certo, eu quis, forcejei; só que fui demais, ou que cacei errado. Miséria em minha mão. Mas minha alma tem de ser de Deus: se não, como é que ela podia ser minha? O senhor reza comigo. A qualquer oração. Olhe: tudo o que não é oração, é maluqueira... Então, não sei se vendi? Digo ao senhor: meu medo é esse. Todos não vendem? Digo ao senhor: o diabo não existe, não há, e a ele eu vendi a alma... Meu medo é este. A quem vendi? Medo meu é este, meu senhor: então, a alma, a gente vende, só, é sem nenhum comprador...

Guimarães Rosa. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 19.ª ed., 2001, p. 500-01.

Tendo como base as relações semânticas e os elementos estruturais do texto V, julgue os itens a seguir.

24. O emprego da vírgula em "Mas, esse norteado tem" (quarto período do primeiro parágrafo) atende à

prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da língua portuguesa.

25. Os termos "essa pauta", em "e essa pauta cada um tem" (terceiro período do primeiro parágrafo), e "dessa doideira", em "ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é" (sexto período do primeiro parágrafo) remetem ao mesmo referente no texto.

26. No primeiro parágrafo, o travessão é empregado para enfatizar trechos que representam a conclusão de uma sequência de ideias.

27. No trecho "Com essa sonhação minha, compadre meu Quelemém concorda, eu acho" (quarto período do segundo parágrafo), a posposição de pronome possessivo caracteriza-se como recurso estilístico utilizado pelo autor para evitar ambiguidade quanto à referência do possuidor.

28. No texto, o emprego de interrogações diretas sem respostas imediatas indica que o autor utilizou a estrutura dialógica como recurso coesivo textual.

Texto VI

Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as revisões profundas por que estão passando os discursos e as práticas identitárias deixam no ar a dúvida sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas em que é muito difícil ser-se linear. Porque estamos em uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar, ainda que, para maior complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser sequer pensado sem o olhar que o olha. Se o nosso olhar conceber o seu objeto como parte de um processo histórico de longa duração, é bem possível que as mudanças do presente não sejam mais que pequenos ajustamentos.

Boaventura de Sousa Santos. "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira". In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 5, n.os 1-2, nov./1994, p. 39 (com adaptações)

De acordo com o texto VI, a ideia de "identificação das tendências dos processos sociais":

29. Comprova-se como resultado de um equívoco da concepção hegemônica da modernidade nos últimos anos.

30. Provoca revisões profundas nos discursos e nas práticas identitárias.

31. Suscita a dúvida de terem tais processos sofrido inversões em tempos recentes.

32. Pode ser decorrência de mudança do olhar, ao mesmo tempo em que o próprio objeto se altera ante esse olhar.

Texto VII

O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que escolhe o que faz e como um ser responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas ideias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só o será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa. Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia da vontade do agente ético (a decisão emana apenas do interior do sujeito) e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade (os valores são dados externos ao sujeito). Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele será autônomo, agindo como se tivesse dado a si mesmo sua própria lei de ação.

Marilena Chaui. "Uma ideologia perversa". In: **Folhaonline**, 14/3/1999 (com adaptações).

A respeito da organização das estruturas linguísticas e das ideias do texto VII, julgue os itens a seguir.

33. Depreende-se do texto que "agente" e "sujeito", ambos no primeiro período, não são sinônimos, embora possam remeter ao mesmo indivíduo.

34. De acordo com as relações argumentativas do texto, se uma ação não for "virtuosa" (terceiro período), ela não resulta de decisão interior; se não for "ética" (terceiro período), ela não será consciente, livre e responsável.

35. É pela acepção do verbo levar, em "leva a perceber" (quinto período), que se justifica o emprego da preposição "a" nesse trecho, de tal modo que, se for empregado o substantivo correspondente a "perceber", percepção, a preposição continuará presente e será correto o emprego da crase: à percepção.

36. Os sinais de parênteses no quinto período têm a função de organizar as ideias que destacam e de inseri-las na argumentação do texto; por isso, sua substituição pelos sinais de travessão preservaria a coerência textual e a correção do texto, mas, no lugar do último parêntese, o ponto final substituiria o segundo travessão.

37. O vocábulo "que" tem a mesma classificação morfossintática em todas as ocorrências do primeiro período.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Tomando por base a história, a estrutura institucional e os desdobramentos recentes da atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), julgue os itens a seguir.

38. Na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em 1962, o Brasil absteve-se da resolução que resultou na suspensão do governo de Cuba da OEA, enquanto o México votou contra a medida, invocando os princípios da autodeterminação e da não intervenção.

39. A Carta Democrática Interamericana, aprovada em 2001, pode ser acionada tanto em casos de ruptura institucional quanto em situações de risco à ordem democrática, e sua ativação pode ocorrer mediante solicitação de qualquer Estado-membro ou do Secretário-Geral da OEA.

40. A Venezuela notificou formalmente a OEA de sua decisão de se retirar da organização em 2017, tendo seu desligamento concretizado em 2019, após o transcurso do prazo previsto na Carta da OEA; ainda assim, a Assembleia Geral da OEA manteve assento para um

representante da oposição, com base no reconhecimento político de governos-membros.

Com base na atuação institucional, nas inflexões estratégicas e nos desafios recentes enfrentados pelo BRICS, julgue os itens a seguir.

41. O Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, é operacionalizado em paralelo ao Novo Banco de Desenvolvimento e não depende dele institucionalmente, sendo coordenado por bancos centrais e sem previsão de financiamento direto a projetos.

42. Ao longo de sua trajetória, o BRICS tem evitado tomar posições conjuntas sobre segurança internacional no Conselho de Segurança da ONU, com exceções pontuais como sua condenação unificada à intervenção da OTAN na Líbia em 2011 e ao uso de sanções unilaterais sem respaldo do Conselho.

43. A ampliação do BRICS anunciada em 2023 gerou tensões internas, especialmente entre Índia e China, sendo negociada mediante cláusulas diplomáticas que permitem aos membros históricos vetar a participação ativa de novos membros em determinadas instâncias decisórias.

Com base nas diretrizes recentes da política externa chinesa, incluindo aspectos econômicos, estratégicos e regionais, julgue os itens a seguir.

44. A Iniciativa do Cinturão e Rota, também conhecida como Nova Rota da Seda, envolve projetos logísticos, energéticos e industriais que, embora inicialmente centrados na Ásia Central e na Eurásia, passaram a contemplar também países da África, da América Latina, mas não integrantes da União Europeia.

45. Os gastos militares da China vêm crescendo de forma constante há mais de duas décadas, e embora fiquem abaixo dos dos Estados Unidos em termos absolutos, já ultrapassaram os da Rússia, da Índia e de todos os países europeus individualmente considerados.

46. As disputas no Mar do Sul da China envolvem rotas estratégicas de comércio e recursos naturais, e embora Pequim reivindique soberania sobre a maior parte da área com base na chamada "linha de nove traços", a Corte Internacional de Justiça reconheceu apenas parcialmente essas alegações em 2016.

47. Os principais parceiros comerciais da China nos últimos anos incluem a ASEAN, a União Europeia e os Estados Unidos, em relação aos quais o país apresenta superávits estruturais, apesar das crescentes restrições tarifárias e tecnológicas impostas especialmente por Washington.

Com base na Convenção de Budapeste sobre o Crime Cibernético, seus mecanismos e sua repercussão internacional, julgue os itens a seguir.

48. A Convenção de Budapeste foi adotada no âmbito do Conselho da Europa, mas está aberta à adesão de países não europeus, o que a torna o principal instrumento internacional vinculante sobre crimes cibernéticos em escala global.

49. Entre os temas abordados pela Convenção estão a criminalização de acessos não autorizados a sistemas informáticos, a falsificação e a fraude eletrônica, o racismo e a incitação ao ódio por meios digitais, bem como a cooperação internacional em tempo real entre autoridades policiais.

50. O Brasil assinou a Convenção de Budapeste em 2023, após longa resistência motivada por preocupações com soberania e com a exigência de cooperação transnacional direta entre autoridades sem necessidade de homologação judicial.

51. A China e a Rússia se opõem à Convenção de Budapeste por considerarem que ela institucionaliza assimetrias jurídicas e por defenderem, em contraposição, um tratado global sob os auspícios da ONU com princípios como soberania digital e controle estatal da infraestrutura da internet.

Com base na estrutura institucional, nas práticas políticas e nos desafios contemporâneos do Mercosul, julgue os itens a seguir.

52. O Protocolo de Ouro Preto (1994) consolidou a personalidade jurídica internacional do Mercosul e estabeleceu seu atual esquema institucional, incluindo órgãos como o Conselho do Mercado Comum e o Parlamento do Mercosul, este último com caráter decisório.

53. A presidência pro tempore do Mercosul é exercida por rodízio semestral entre os Estados Partes, sendo responsável por convocar as reuniões do bloco e representar o Mercosul em negociações externas, embora não tenha poderes executivos próprios.

54. Apesar de ser fundado como uma união aduaneira, o Mercosul prevê cláusulas de suspensão de direitos políticos dos Estados-membros, como o Protocolo de Montevidéu, que deu embasamento para a suspensão da Venezuela por violação da ordem democrática doméstica.

Com base nos mecanismos e na evolução histórica da cooperação técnica entre países periféricos, julgue os itens a seguir.

55. A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) emergiu como uma alternativa à ajuda tradicional do Norte Global, consolidando-se institucionalmente no Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), de 1978, que enfatizava a horizontalidade, o respeito à soberania e o benefício mútuo.

56. A criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no início da década de 1980, inscreve-se no esforço de institucionalização da cooperação técnica brasileira, tanto como país doador quanto como receptor de assistência internacional.

57. O Programa de Cooperação Trilateral com países do Norte, desenvolvido pelo Brasil a partir dos anos 2000, consiste em iniciativas em que países desenvolvidos financiam ações implementadas por agências brasileiras em países terceiros, preservando, contudo, o protagonismo técnico dos parceiros latino-americanos e africanos.

58. Os fóruns multilaterais de cooperação Sul-Sul, como o G77+China, rejeitam a supervisão da ONU e de suas agências, por entenderem que os mecanismos onusianos reforçam padrões verticais de dependência entre doadores e receptores de ajuda.

Com base nas abordagens da ONU e dos EUA no combate ao terrorismo, julgue os itens a seguir.

59. A ONU adotou em 2006 a Convenção Internacional contra o Terrorismo, um tratado vinculante que define o terrorismo em termos amplos, mas a implementação de suas disposições depende da vontade dos Estados-membros, que têm a opção de incluir ou não a legislação antiterrorista em seus sistemas jurídicos nacionais.

60. A resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU, adotada logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, impôs aos Estados a obrigação de criminalizar o financiamento do terrorismo e a preparação de ataques terroristas, bem como a obrigatoriedade de cooperar na troca de informações de inteligência.

61. Nos EUA, a resposta ao terrorismo foi inicialmente estruturada por meio da Patriot Act de 2001, que ampliou significativamente os poderes de vigilância do governo e reduziu as garantias processuais para suspeitos de terrorismo, sendo criticada por sua potencial violação dos direitos civis e pela falta de supervisão judicial.

62. A ONU, por meio da Convenção sobre a Proibição de Armas de Destruição em Massa (WMD), tem uma abordagem de cooperação multilateral em relação à não proliferação de armas nucleares e biológicas, mas sua atuação em relação ao terrorismo é limitada pela falta de um acordo global vinculante para a criminalização unificada do terrorismo em todas as suas formas.

Com base no histórico, nas dinâmicas recentes e nos alinhamentos internacionais relacionados ao conflito entre Azerbaijão e Armênia, julgue os itens a seguir.

63. A disputa por Nagorno-Karabakh remonta ao período soviético, quando a região, de maioria armênia, foi incorporada à República Socialista Soviética do Azerbaijão como oblast autônomo, o que alimentou reivindicações secessionistas já nos anos 1980.

64. A guerra de 2020 resultou na retomada pelo Azerbaijão de territórios que estavam sob controle de forças armênias desde os anos 1990, com apoio militar direto da Turquia, incluindo drones e assessoria de inteligência, e a mediação de um cessar-fogo patrocinado pela Rússia.

65. Embora o Irã seja majoritariamente xiita, como o Azerbaijão, sua política externa no conflito tendeu a favorecer a Armênia, motivada por preocupações geopolíticas com o pan-turquismo e pelo receio de influências separatistas sobre a sua minoria azeri.

66. Israel tem sido um dos principais fornecedores de armamentos para a Armênia, tanto pela sua rivalidade com o Irã quanto por afinidades históricas entre as comunidades judaica e armênia, o que o levou a adotar posição abertamente pró-armênia durante o conflito de 2020.

Sobre a teoria de Relações Internacionais, julgue os itens a seguir.

67. Robert Walker, autor muitas vezes identificado como relacionado ao pós-modernismo, reflete sobre a dicotomia entre dentro e fora (inside/outside) que marca as relações internacionais, a partir das diferenças entre o tratamento de temas no âmbito doméstico, protegido e regulado pela soberania, e os temas externos, sujeitos à anarquia.

68. A Escola Inglesa trata da construção de um sistema de valores compartilhados entre estados, grupos e indivíduos, o que permite a construção de uma sociedade internacional, a despeito do caráter anárquico do sistema internacional.

69. Kenneth Waltz, ícone do pensamento neorrealista, argumentava que as comunidades de segurança regionais necessitam de um *hegemon*. A estabilidade no Oriente Médio dependia, argumentava ele, de apenas Israel ter ogivas nucleares, com poder de evitar que outras potências, como Irã, produzissem artefatos iguais.

70. A Escola de Copenhague considera que temas de segurança podem ser reinterpretados em diferentes cenários, por meio da securitização, que permite que temas como meio ambiente, migrações e questões religiosas passem a ser considerados temas prioritários. Os estados possuem exclusividade no processo de securitização.

Com base na estrutura institucional, funcionamento e dinâmica recente da União Europeia, julgue os itens a seguir.

71. O Parlamento Europeu, eleito por sufrágio direto, tem poderes de iniciativa legislativa, podendo propor diretamente novas leis a serem debatidas pelo Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia.

72. O Conselho Europeu é composto pelos chefes de Estado ou de governo dos Estados-membros, define as orientações políticas gerais da União e é presidido por um presidente fixo com mandato de dois anos e meio, renovável uma vez.

73. A chamada cláusula de condicionalidade, implementada em 2020, permite à Comissão Europeia suspender fundos de países que violem princípios do Estado de Direito, tendo como alvos principais países como Hungria e Polônia.

74. O Banco Central Europeu é responsável por definir a política monetária da zona do euro, mas a competência sobre política fiscal permanece nas mãos de cada Estado-membro, o que tem gerado tensões sobre responsabilidade compartilhada em momentos de crise, como na pandemia de COVID-19.

GEOGRAFIA

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado.

Milton Santos. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1990, p. 219.

Considerando o texto e as bases da evolução da Geografia, julgue os itens a seguir.

75. A geografia foi institucionalizada como ciência no início do século XIX sob forte influência do positivismo. Sem desprezar conhecimentos anteriores desse campo de estudo milenar, a institucionalização levou a busca por princípios científicos, como o da causalidade e da extensão, e valorizou, nessa fase inicial, a característica interdisciplinar como marca fundamental da ciência.

76. A formação de escolas nacionais de geografia no período das correntes tradicionais pode ser exemplificada pelo caso alemão, onde autores fundamentais como Ritter, Ratzel, Richthofen e Hettner tem como marca basilar das suas obras o determinismo geográfico.

77. O livro **Por uma Geografia Nova** tece fortes críticas às correntes tradicionais da ciência, muito descritivas e preocupadas com a aparência dos fenômenos e pode ser visto como uma tentativa do geógrafo baiano de aproximar duas correntes do movimento de renovação, a Geografia Crítica e a Nova Geografia, também conhecida como teorético-quantitativa.

78. Um dos conceitos fundamentais da geografia é a região. Hoje, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. Hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país.

---

8 bilhões de pessoas no Planeta Terra. A população global alcançou essa marca em 15 de novembro de 2022. De acordo com o Relatório sobre o Estado da População Mundial, do Fundo da População das Nações Unidas, divulgado em 2023, "mais pessoas estão vivendo por mais tempo e com mais saúde".

Passaram-se mais de 1800 anos depois de Cristo para que o mundo chegasse ao seu primeiro bilhão de pessoas. Nessa época, o Brasil tinha cerca de três milhões e duzentos e cinquenta mil habitantes. No final de outubro de 2011, a população global já era de 7 bilhões. E somou mais um bilhão de pessoas em pouco mais de uma década.

Agência Brasil. **História Hoje: Dia dos oito bilhões.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-12/historia-hoje-dia-dos-oito-bilhoes

Com relação à dinâmica demográfica mundial e brasileira, julgue os itens a seguir.

79. A população mundial ter crescido 1 bilhão de pessoas em apenas 11 anos ilustra o fato das primeiras décadas do século XX terem o maior crescimento natural registrado na história da humanidade, o que está relacionado à brutal queda da mortalidade e manutenção de taxas de natalidade ainda muito alta em áreas muito populosas do mundo.

80. Atualmente o continente africano possui as maiores taxas de crescimento populacional do mundo, aproximadamente o dobro da média mundial. Apesar disso, há diferenças importantes na demografia dos países do continente.

81. Um fator a ser considerado na evolução demográfica de um país, região ou continente é o saldo entre imigração e emigração, que faz com que algumas áreas do mundo, que estariam encolhendo se considerássemos apenas o crescimento vegetativo, ainda tenham aumento no total de habitantes.

82. No censo de 2022, o Brasil registrou, pela 1ª vez, uma taxa de crescimento inferior a 1% ao ano. Apesar disso, houve importante variação entre as macrorregiões porque o Norte e o Nordeste cresceram acima da média nacional, o que pode ser explicado pelas maiores taxas de fecundidade.

Os recursos energéticos constituem um importante subsídio à expansão do capital, integrando o capital constante circulante. Nesse sentido, constituem ingredientes centrais da geoeconomia e da geopolítica do capitalismo contemporâneo. O petróleo representa papel proeminente dentro dessa matriz energética mundial, estando sempre em questão a ampliação do consumo e a capacidade de suporte das reservas petrolíferas existentes. A localização das suas principais reservas e estruturas de escoamento em áreas de instabilidade política, bem como o fator concorrencial desafiam pesquisas e estudos acerca do descobrimento e ou desenvolvimento de outras fontes alternativas de energia.

Hoyêdo N. Lins. **Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos na primeira década do século XXI.** In: 3º Encontro Nacional Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011.

Com relação aos recursos energéticos, julgue os itens a seguir.

83. A existência de grande quantidade de petróleo na Margem Equatorial pode ser explicada pela elevada sedimentação do rio Amazonas no período quaternário, o que fez com que grande quantidade de matéria orgânica ficasse soterrada formando o petróleo na era cenozóica.

84. Os últimos anos vêm registrando grande expansão na produção de energia eólica e solar, com a China liderando o ranking internacional dessas duas fontes de energia.

85. A fonte hidráulica possui baixo custo de geração e contribui para uma baixa emissão média de GEE pelo país. No caso brasileiro, a maior parte da produção hidrelétrica ocorre na bacia amazônica, o que faz com essa fonte de energia sofra críticas por causa dos impactos socioambientais, associados ao alagamento de extensas áreas.

86. No Brasil, há intenso uso da biomassa nos transportes, com participação do etanol de cana e milho e do biodiesel e também na produção de eletricidade em termelétricas.

Até a década de 1990, esse tipo de sistema agropecuário era conhecido por termos como "pequena produção", "agricultura de subsistência", "produtor de baixa renda" ou ainda "pobres do campo". A partir da década de 1990, esses termos e o sentido a eles atribuído começam a ser revistos e a expressão "agricultura familiar" ganhou projeção nacional.

Atlas do espaço rural brasileiro – agricultura familiar. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf

A agropecuária de base familiar é tradicionalmente vista com uma série de preconceitos, no entanto possui grande diversidade de contextos regionais e importância socioeconômica no Brasil. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

87. A definição de uma propriedade como familiar leva em consideração critérios como o tamanho da propriedade, a mão-de-obra utilizada e a importância do capital gerado por ela para a família.

88. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1996 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. O programa nasceu em resposta à demanda histórica dos agricultores familiares por políticas públicas específicas que apoiassem seu desenvolvimento.

89. As propriedades familiares constituem a maioria em número de propriedades rurais no Brasil apesar de serem minoria em área, na comparação com as propriedades não-familiares. Possuem grande importância como absorvedora de mão-de-obra no campo e geradora de alimentos para o mercado interno.

Com relação à urbanização e a formação da rede urbana brasileira, julgue os itens a seguir.

90. A rede urbana brasileira passou por transformações profundas ao longo do século XX, tanto no que diz respeito à aspectos quantitativos, quanto qualitativos. A população brasileira até 1960 era majoritariamente rural. O censo de 1970 foi o primeiro a registrar a população urbana superior à rural e o aumento da participação urbana continuou ocorrendo nos censos seguintes, mesmo que com variação no ritmo.

91. A urbanização brasileira foi, na maior parte do século XX, um processo concentrado. O resultado disso é visível na metropolização pela qual o país passou, com alguns centros urbanos possuindo uma parte muito grande da população brasileira.

92. O Brasil é um país majoritariamente urbano e essa característica está presente nas cinco macrorregiões do país, com variações. O Sudeste e o Centro-Oeste são as duas regiões mais urbanizadas, com percentual de população urbana superior a 90%. O Nordeste possui o 3º maior nível de urbanização seguido pelo Sul e Norte. A menor taxa de urbanização desses dois últimos possui motivos distintos, entre eles o grande número de propriedades familiares no Sul e os obstáculos naturais associados à Hiléia, no Norte.

93. O Regic 2018 elevou a AP/Florianópolis e AP/Vitória do nível de Capital Regional para o de Metrópole. Em comum, as duas capitais compartilham o fato de não serem os municípios mais populosos de seus estados, e certamente essa subida no nível hierárquico da rede urbana brasileira não teria sido possível se não fosse a contribuição demográfica e econômica dada por outras cidades de suas regiões metropolitanas, como é o caso de São José para Florianópolis; e Serra, Vila Velha e Cariacica para Vitória.

Com relação à macrodivisão natural do território brasileiro, domínios e biomas, julgue os itens a seguir.

94. A Amazônia possui clima equatorial marcado por elevadas temperaturas médias e grande umidade, sem haver diferenciação na distribuição das chuvas ao longo do ano por causa do domínio da massa equatorial continental, quente e úmida, tanto na sua parte ocidental quanto na Oriental.

95. O cerrado, bioma savânico, está em áreas de clima típico, com verão úmido e inverno seco e domínio de solos da alta fertilidade natural, os latossolos, causada pelo processo de lixiviação.

96. O Pantanal apresenta aspecto de anfiteatro, constituindo a maior planície alagada contínua do planeta, cujas dinâmicas ecológica e socioeconômica estão fortemente associadas às influências diretas e indiretas advindas das regiões de planalto adjacentes, bem como ao regime hidrológico da Bacia do Alto Rio Paraguai.

DIREITO

No que diz respeito ao Direito Internacional Privado, ao Estado como sujeito internacional e às imunidades soberanas, julgue os itens a seguir.

97. O Brasil adquiriu grande quantidade de determinado produto de uma empresa chilena, visando equilibrar os preços deste produto no mercado interno brasileiro. Por motivos orçamentários, o pagamento foi efetuado fora do período estipulado, tendo resultado em uma dívida em dólares. Após tais fatos, a empresa chilena propôs ação de indenização contra o Estado brasileiro. Caso a demanda tenha sido proposta no Chile, uma eventual sentença condenatória deverá ser homologada pelo STJ, ocasião em que será possível examinar questões relativas a eventuais irregularidades no contrato celebrado.

98. A teoria adotada no Brasil em matéria de aplicação de normas internacionais não codificadas é o monismo, segundo a qual é dispensável adotar processo de transformação das normas internacionais em normas internas.

99. A imunidade de execução dos Estados soberanos e a imunidade de jurisdição das organizações internacionais têm base jurídica em normas internacionais convencionais.

Acerca da nacionalidade, da situação jurídica do estrangeiro, dos tratados e das demais fontes do Direito Internacional, julgue os itens a seguir.

100. Nos termos da Constituição Federal de 1988, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro cuja naturalização seja cancelada por ato do ministro da Justiça em razão de atentado contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

101. Reserva significa uma declaração unilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita por um Estado ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, com o objetivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do

tratado em sua aplicação a esse Estado, podendo ser admitida em qualquer espécie de tratado.

102. A menção aos princípios gerais de direito no rol do art. 38 é interpretada pela Corte Internacional de Justiça como os princípios gerais constantes dos ordenamentos jurídicos nacionais, não se limitando a princípios originados na ordem internacional.

No que diz respeito aos direitos humanos, aos direitos humanitários e à integração regional, julgue os itens a seguir.

103. A comprovação da condição de vítima não é requisito de admissibilidade do caso perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a cláusula que prevê o direito de petição individual é facultativa, ao passo que a cláusula de petições interestatais é obrigatória.

104. O direito de Haia, assim chamado por ter seus fundamentos nas quatro convenções internacionais ocorridas nessa cidade, destina-se à proteção das vítimas de conflitos armados - feridos, enfermos, prisioneiros de guerra, náufragos, população civil e militares que estejam fora de combate.

105. O sistema intergovernamental do MERCOSUL se expressa no processo decisório de seus órgãos, como o Conselho do Mercado Comum, pela exigência da unanimidade – presença de todos e consenso entre as partes – na conformação das deliberações institucionais.

No que concerne aos conflitos armados e ao uso da força no Direito Internacional, ao Tribunal Penal Internacional (TPI), e ao Direito Internacional do Mar, julgue os itens a seguir.

106. Considere, por hipótese, que o Estado G, prevendo o avanço da indústria bélica do Estado fronteiriço V, passou a considerá-lo uma futura ameaça à sua segurança. Nessa hipótese, o Estado G poderá intervir legitimamente no Estado V.

107. O TPI poderá impor à pessoa condenada pelos crimes que afetem a humanidade no seu conjunto a pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude e as condições pessoais do condenado o justificarem. Entretanto, esse tribunal poderá reexaminar a pena com vistas à sua redução quando o condenado já tiver cumprido vinte e cinco anos de prisão.

108. Mesmo que o país interessado leve o caso a outro foro internacional, a jurisdição compulsória recairá sobre a OMC, se as partes envolvidas forem membros da organização.

109. Para que um Estado costeiro possa explorar licitamente os recursos naturais de sua plataforma continental além das duzentas milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, deve submeter sua pretensão à aprovação da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), desde que não haja objeções da comunidade internacional e da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Acerca das normas jurídicas, da Constituição e do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

110. Toda norma constitucional goza de eficácia jurídica, inclusive as normas constitucionais de eficácia limitada pendentes de regulamentação por parte do legislador infraconstitucional.

111. As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.

112. Em regra, se contra lei municipal couber ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante tribunal de justiça, não caberá ADPF.

A respeito dos princípios fundamentais da CF/88, da organização político-administrativa do Estado brasileiro, das competências federativas e do Poder Executivo, julgue os itens a seguir.

113. A forma republicana de governo é uma cláusula pétrea e o sistema presidencialista de governo, um princípio constitucional sensível.

114. A CF/88 enumerou as competências administrativas e legislativas dos municípios.

115. O federalismo brasileiro é oriundo de um federalismo por segregação, também chamado de federalismo por desagregação ou movimento centrífugo.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao processo legislativo e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

116. Para a instauração de uma CPI, são necessários os votos da maioria absoluta dos membros da casa legislativa.

117. Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, o litígio entre estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, Município ou o Distrito Federal (DF).

118. As leis delegadas não são passíveis de emenda pelo Congresso Nacional.

119. É absoluta a proscrição da pena de banimento e das penas de caráter perpétuo.

No que concerne à responsabilidade civil do Estado, às licitações e contratos administrativos e à Lei do Serviço Exterior Brasileiro (Lei nº 11.440/2006), julgue os itens a seguir.

120. Considere que, durante operação policial em uma comunidade, tenha sido dado um disparo de arma de fogo, que atingiu fatalmente um morador da comunidade, e que a perícia tenha sido inconclusiva quanto à origem do projétil. Nessa situação, configura-se a responsabilidade civil do Estado pela morte do referido morador.

121. São previstas na lei as seguintes modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, convite, leilão, tomada de preços e diálogo competitivo.

122. Conforme a Lei do Serviço Exterior Brasileiro (Lei nº 11.440/2006), as relações trabalhistas e previdenciárias concernentes aos auxiliares locais serão regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição.